

Normas e Qualidade

Train for Trade II

Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola

Necessidade de Qualidade Integrada

Infra-estruturas e Edifício de Instituições:

O papel da ISO

Rashida Bibi Nanhuck (Perito ISO)

Outubro 2022 (Angola)



NAÇÕES UNIDAS
CNUCED



UNIÃO EUROPEIA



REPÚBLICA DE
ANGOLA



Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

Tópicos

- 1) Introdução
- 2) Compreender o papel das Infra-estruturas Nacionais de Qualidade no mercado nacional e internacional
- 3) Interações entre normas voluntárias e regulamentos nacionais
- 4) Desafios e oportunidades para os países africanos no cumprimento das normas de qualidade e segurança alimentar
- 5) O papel que a ISO desempenha no fornecimento de um conjunto de normas de referência internacional

Abreviaturas comuns utilizadas

<u>ISO</u> :	Organização Internacional de Normalização	<u>CAB</u> :	Organismo de Avaliação da Conformidade
<u>ISO CASCO</u> :	Comité ISO de Avaliação da Conformidade	<u>AB</u> :	Organismo de Acreditação
<u>ISO DEVCO</u> :	Comité ISO para os países em desenvolvimento	<u>NSB</u> :	Organismo Nacional de Normalização
<u>ISO COPOLCO</u> :	Comissão Política ISO para os Assuntos dos Consumidores	<u>TR</u> :	Regulamento técnico/regulador
<u>TC</u> :	Comité Técnico	<u>ITR</u> :	Requisitos do comércio internacional
<u>SC</u> :	Sub-comité	<u>IAF</u> :	Fórum Internacional de Acreditação
<u>NQI</u> :	Infra-estrutura Nacional de Qualidade	<u>ILAC</u> :	Conselho Internacional de Acreditação de Laboratórios
<u>RQI</u> :	Infra-estrutura regional de qualidade	<u>SME</u> :	Pequenas e Médias Empresas
<u>WTO/TBT</u> :	Acordo Mundial de Comércio / Obstáculos Técnicos ao Comércio	<u>BIPM</u> :	Gabinete Internacional de Pesos e Medidas
		<u>OIML</u> :	Organização Internacional de Metrologia Legal

Introdução (1)

A Organização Internacional de Normalização em 2022

Membros :

A ISO é uma organização baseada em membros composta por **167** organismos nacionais de normalização, compostos por:

124 organismos membros,
39 membros correspondentes,
4 membros subscritores.

Comités Técnicos :

3 751 organismos técnicos, incluindo
255 comissões técnicas,
503 subcomités,
2 896 grupos de trabalho,
Subgrupos e
97 grupos de estudo adhoc

Reuniões :

41 reuniões técnicas cada c/ dia
7 183 reuniões técnicas virtuais:
229 reuniões de TCs,
447 reuniões de subcomissões,
6 507 reuniões de GT's ou gps adhoc

Devido à crise da COVID, 100% das reuniões foram realizadas virtualmente.

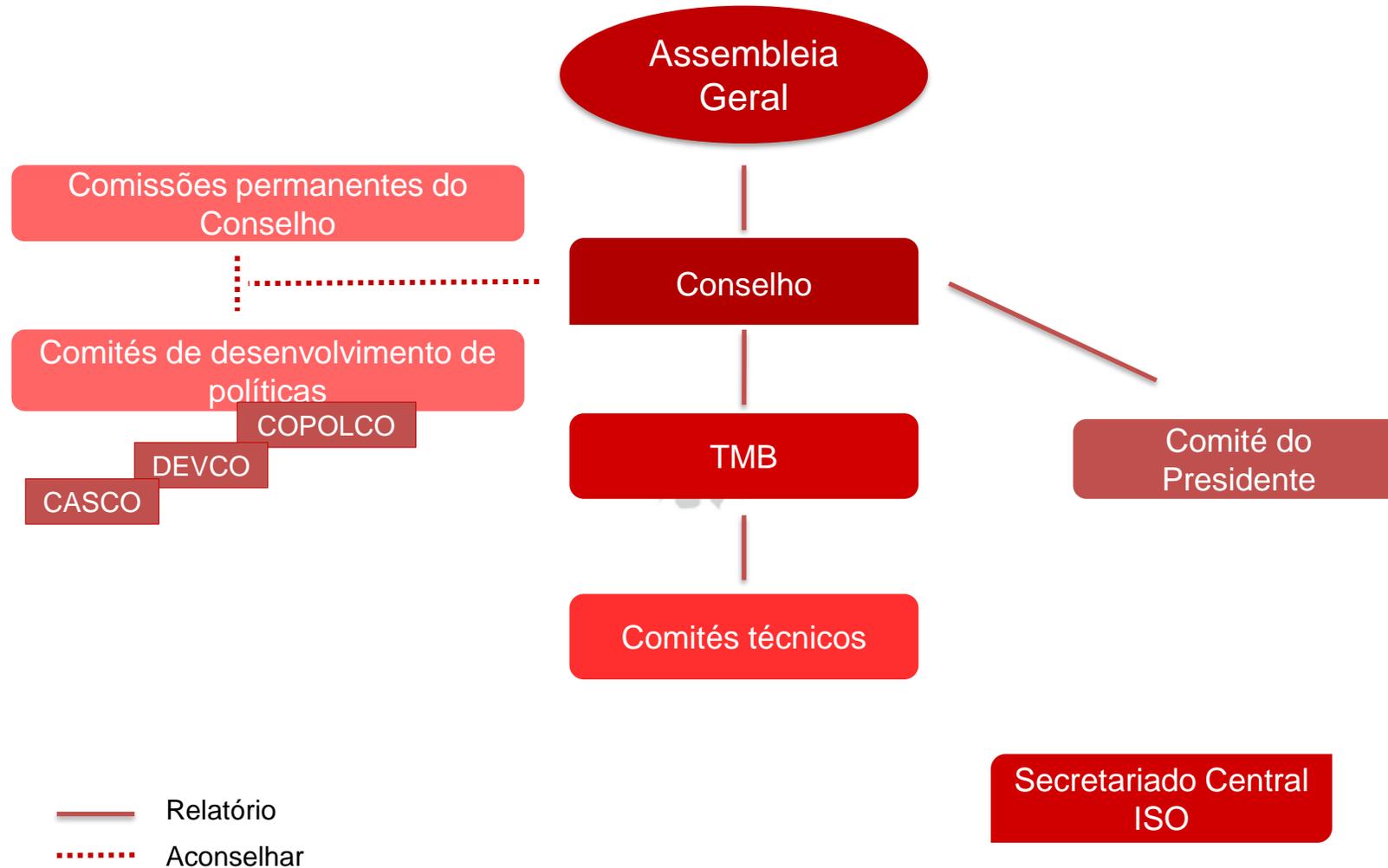
A ISO GA 2022 realizada em Abu Dhabi contou com cerca de 1000 delegados fisicamente presentes e 4000 participantes em reuniões virtuais

Publicações :

24491 Normas Internacionais e documentos similares



Estrutura de gestão ISO

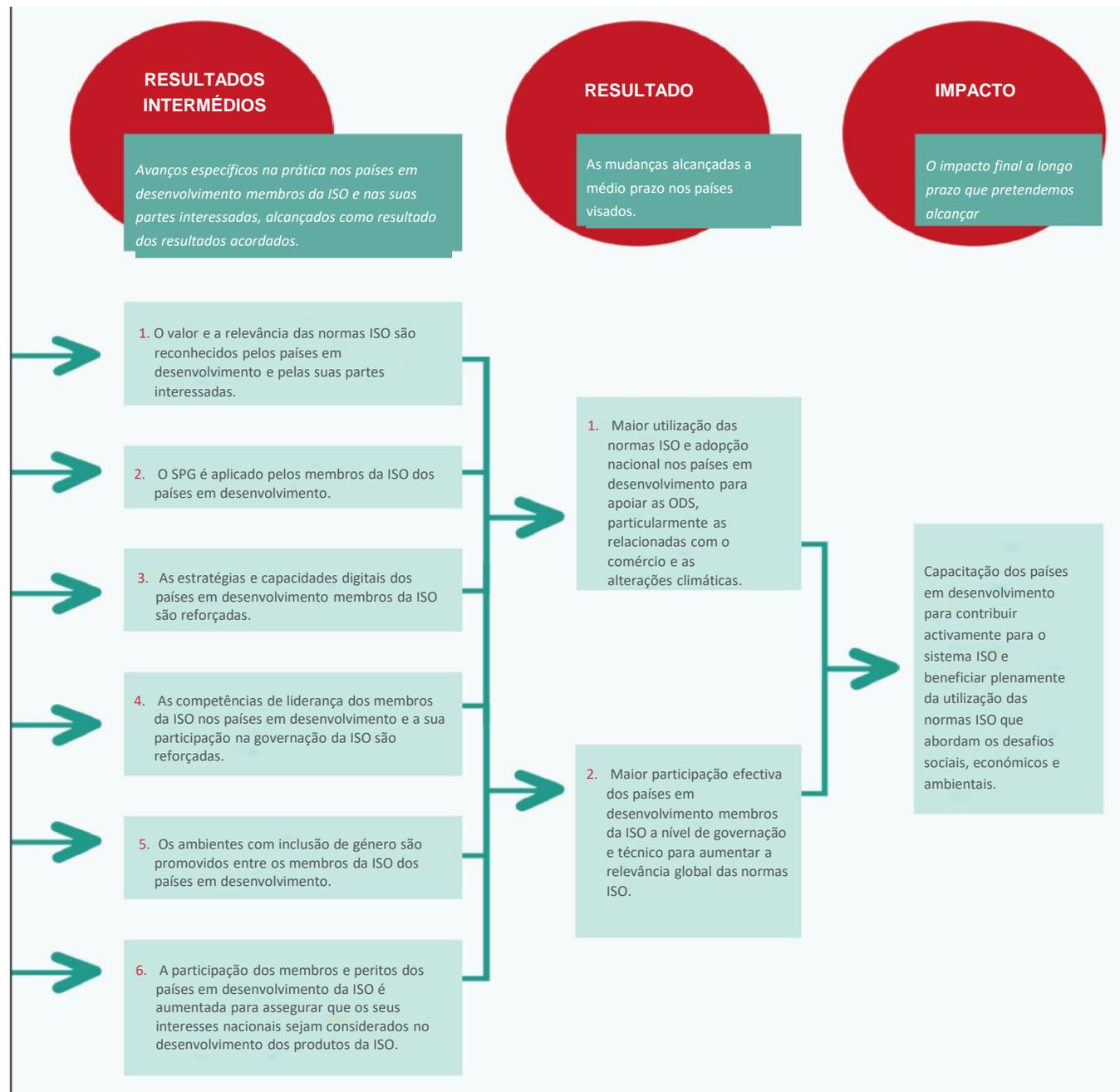


ESTRATÉGIA ISO 2030

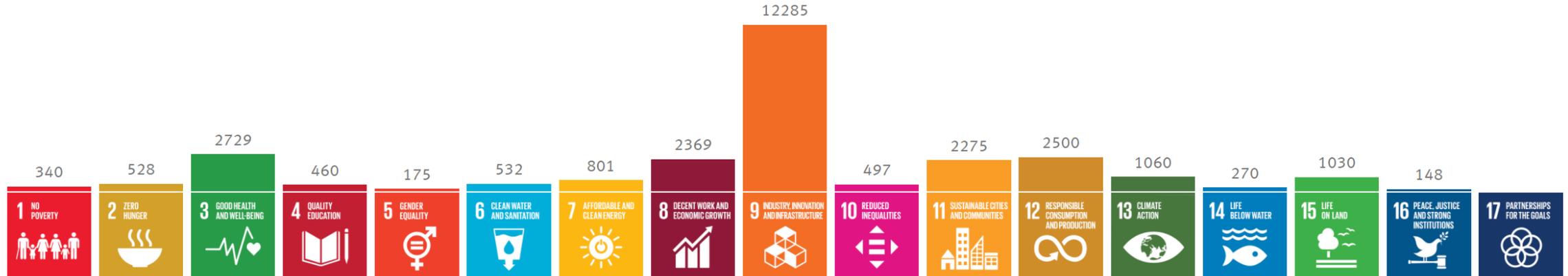
- Tornar a vida mais fácil, segura e melhor



Plano de Acção ISO para os países em desenvolvimento 2021-2025



A ISO CONTRIBUI PARA TODOS OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

Tópico (2)

Compreender o papel das Infra-estruturas Nacionais de Qualidade no mercado nacional e internacional

Infra-estrutura Nacional de Qualidade



- O ecossistema de um país....
- incluindo as **organizações** juntamente com as **políticas**, quadro **legal e regulamentar** e **práticas relevantes** necessárias para apoiar e melhorar a qualidade, segurança e solidez ambiental de bens, serviços e processos.
- As instituições que compõem este quadro representam a base científica e tecnológica para toda a infra-estrutura

É um elemento crítico na promoção e sustentação do **desenvolvimento económico**, bem como do **bem-estar ambiental e social**.

A "Infra-Estrutura de Qualidade" é simplesmente declarada ...



- as organizações (públicas e privadas) que estabelecem e implementam ...
 - Teste e calibração
 - Certificação (EM, Produto e Pessoal)
 - Inspeção
 - Acreditação
 - Declaração de conformidade dos fornecedores
 - Metrologia e padronização

Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional



.... que facilitam o comércio interno e externo, mas também fornecem uma base para a ciência e o desenvolvimento tecnológico. Quer seja para o mercado interno ou externo, uma economia deve ser capaz de demonstrar que os seus produtos e serviços são seguros e fiáveis e que tem a perícia técnica dentro do país para o fazer.

O quadro NQI é necessário para estabelecer e implementar os meios necessários para demonstrar que os produtos e serviços cumprem os requisitos especificados, conforme exigido pelos reguladores e pelo mercado para o funcionamento eficaz dos mercados internos, e o seu reconhecimento internacional é importante para permitir o acesso a mercados estrangeiros.

Sistema Nacional de Qualidade



Algumas instituições dentro do NQI em Angola

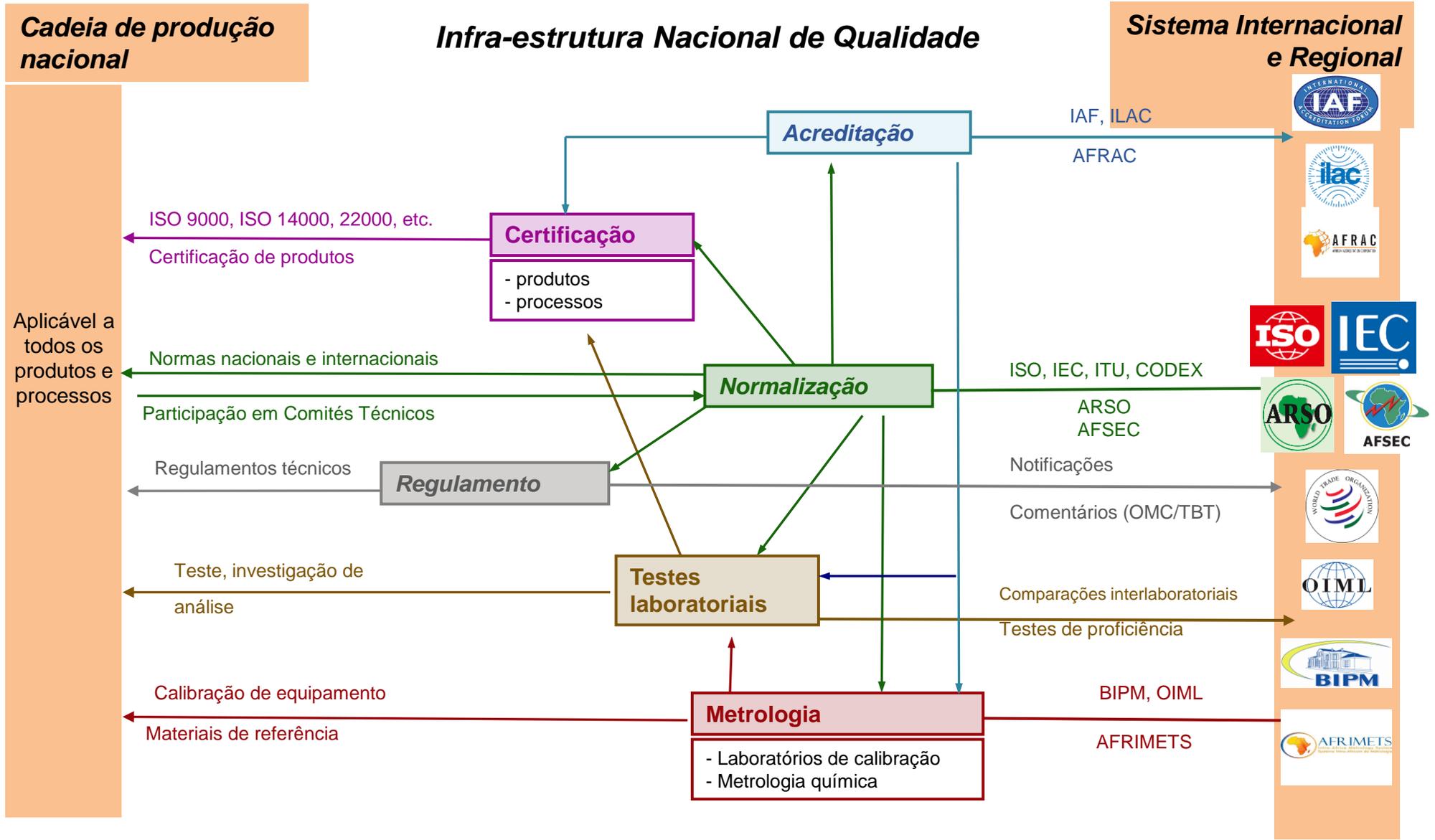
- Instituto Angolano de Normalização e Qualidade - IANORQ criado em 1996, sob a tutela do Ministério da Indústria
- Membro correspondente da ISO desde 2002
- A IANORQ tem 17 comités técnicos, publicou cerca de 150 normas técnicas e tinha estabelecido o objectivo de publicar 428 normas até 2020 no seu plano estratégico.
- O Instituto Angolano de Acreditação (IAAC) serve actualmente como um ponto de contacto para a SADCAS

Infra-estrutura de qualidade

- As infra-estruturas de qualidade têm três pilares: **normalização, metrologia e acreditação.**



A infra-estrutura de qualidade é o instrumento preferido para demonstrar e gerar confiança na qualidade dos produtos e serviços e também para promover o desenvolvimento económico e social e facilitar o comércio. É um sistema que envolve muitas partes interessadas diferentes, incluindo reguladores nacionais, empresas de produção e empresas, prestadores de serviços, organismos de avaliação da conformidade e consumidores.



Organizações que apoiam o IQ

1. Política pública, regulamentação, contratos

Política pública, comercial e empresarial
Política do consumidor e boas práticas regulamentares
Facilitação do comércio
Princípios da OMC
Cumprir com o ITR

2. Medição (metrologia e padrões físicos)

Medição legal (OIML)
Medição científica e técnica (BIPM)
Laboratórios públicos/privados e interesses de investigação
Medidas exactas/fiáveis obtidas

3. Normas documentais, (ISO, IEC e NSB)

Normas de desempenho
Normas prescritivas
Métodos de teste
Serviço de processamento de produtos, etc.
Muitos criadores de normas diferentes

4. Reivindicações de conformidade, verificação, certificação (CAB)

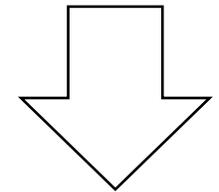
Processo utilizado para reclamar a conformidade
Auditoria, Calibração, Avaliação, Exame, Inspeção, Testes
1ª, 2ª e 3ª parte reivindicações de conformidade e marcação

5. Acreditação e avaliação pelos pares (AB)

Avaliação da competência técnica
IAF e ILAC
Desenvolvimento de Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM)

6. Vigilância do mercado Reguladores

Pré e pós EM
Comércio justo e rede de segurança dos consumidores



Resultados técnicos em que a sociedade pode confiar e utilizar na tomada de decisões

Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

Um país precisa de todos os componentes da Infra-estrutura de Qualidade antes de poder funcionar? Quais são os aspectos mais importantes?

→ Não há hierarquia relativamente a estas actividades. Contudo, quaisquer que sejam as instituições (públicas ou privadas) que desempenham as diferentes actividades, é necessário assegurar que todas as funções estejam efectivamente presentes.

→ NQI refere especificamente a actividade de vigilância do mercado como um contribuinte importante.

Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

- A maioria dos países estabeleceu organismos adequados e tem relações internacionais destinadas a promover e satisfazer os requisitos do comércio internacional (ITR) para apoiar as suas infra-estruturas.
- A harmonização destas estruturas a nível regional e global é fundamental para facilitar o comércio. Os governos querem ter a certeza de que a qualidade e a infra-estrutura técnica de um país parceiro comercial é adequada e comparável, a fim de aceitar mercadorias.

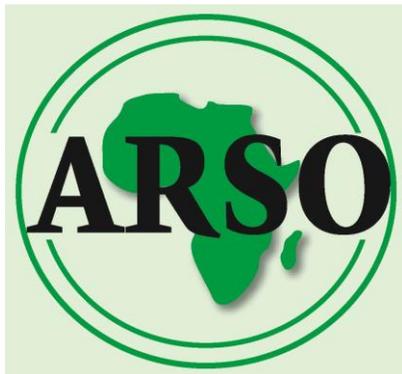
A INFRA-ESTRUTURA DE QUALIDADE AFRICANA



QUALIDADE PARA A ÁFRICA



- O PAQI foi oficialmente inaugurado a 30 de Agosto de 2013 pelo Director para o Comércio e Indústria, Comissão da União Africana
- Os membros são AFRAC, AFSEC, AFRIMETS e ARSO
- Assinaram um Memorando de Entendimento para formalizar a sua cooperação como membros



MEMBROS

- A Cooperação Africana para a Acreditação
- O Sistema Metrológico Intra-África
- A Comissão Africana de Normalização Electrotécnica
- A Organização Africana de Normalização



AFSEC

Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

Importância e benefícios de um NQI

- melhora o acesso ao mercado local e aos mercados de exportação (facilita o comércio, reduzindo as barreiras ao comércio)
- melhora a participação nas cadeias de abastecimento globais
- iguala o campo de jogo para as PME
- melhora a qualidade dos produtos e serviços
- facilita o cumprimento dos regulamentos e permite que os Reguladores tenham confiança em que os regulamentos são implementados e verificados quando necessário
- constrói a confiança entre fabricantes, fornecedores e clientes (cooperação)
- facilita a protecção do consumidor e do ambiente

Perguntas? Comentários?



Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

Tópico (3)

Interacções entre normas voluntárias e regulamentos nacionais

Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional



.... não escreve normas ou leis/regulamentos !

O papel do Organismo Nacional de Normalização



- O NSB é frequentemente a primeira das funções de QI a ser estabelecida pelo Governo
- O NSB pode actuar como ponto focal para outras actividades de QI (acreditação, metrologia legal, etc.)
- O sucesso do NSB depende do seu quadro legal e institucional, bem como da governação sob a qual opera

O papel do Organismo Nacional de Normalização



- Um NSB pode participar activamente no desenvolvimento de normas internacionais ou regionais, facilitando assim a promoção da sua utilização nos sectores voluntário e regulador.
- O NSB pode encorajar a participação activa de peritos nacionais não só na elaboração de normas mas também na apresentação dos seus contributos durante as fases de votação e de comentários.
- O NSB pode também ter comités-espelho nos seus respectivos países para discutir normas relevantes e também submeter os comentários do país à consideração dos comités técnicos.

Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

- As expectativas do Governo, da indústria, dos consumidores e, em geral, de outras partes interessadas são frequentemente muito elevadas (*por vezes demasiado elevadas*)
- *Para poderem satisfazer as diferentes partes interessadas, devem participar activamente no desenvolvimento da norma*
- Há demasiadas vezes a tentação de utilizar regulamentos e/ou normas nacionais como medida de protecção para o mercado interno
- A ausência de participação activa em organizações internacionais voluntárias leva ao desconhecimento ou mal-entendido dos benefícios e vantagens da utilização e referência a normas internacionais

Normalização num contexto nacional

- Frequentemente, nas economias em desenvolvimento encontramos um sistema de qualidade a dois níveis; um para estimular o mercado de exportação e o outro para o mercado interno. Infelizmente, a abordagem interna tende a ser significativamente inferior à da exportação.
- Várias formas de ultrapassar tais situações, tais como :
 - ✓ desenvolvimento de uma cooperação multinacional (regional) baseada em normas internacionais acordadas
 - ✓ envolver-se frequentemente com organizações nacionais de partes interessadas não só reguladores e indústria, mas também consumidores e outros intervenientes no NQI

Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

Quadro institucional em Angola

Organismo governamental responsável pelo sector das pescas de Angola (Ministério da Agricultura e Pescas)

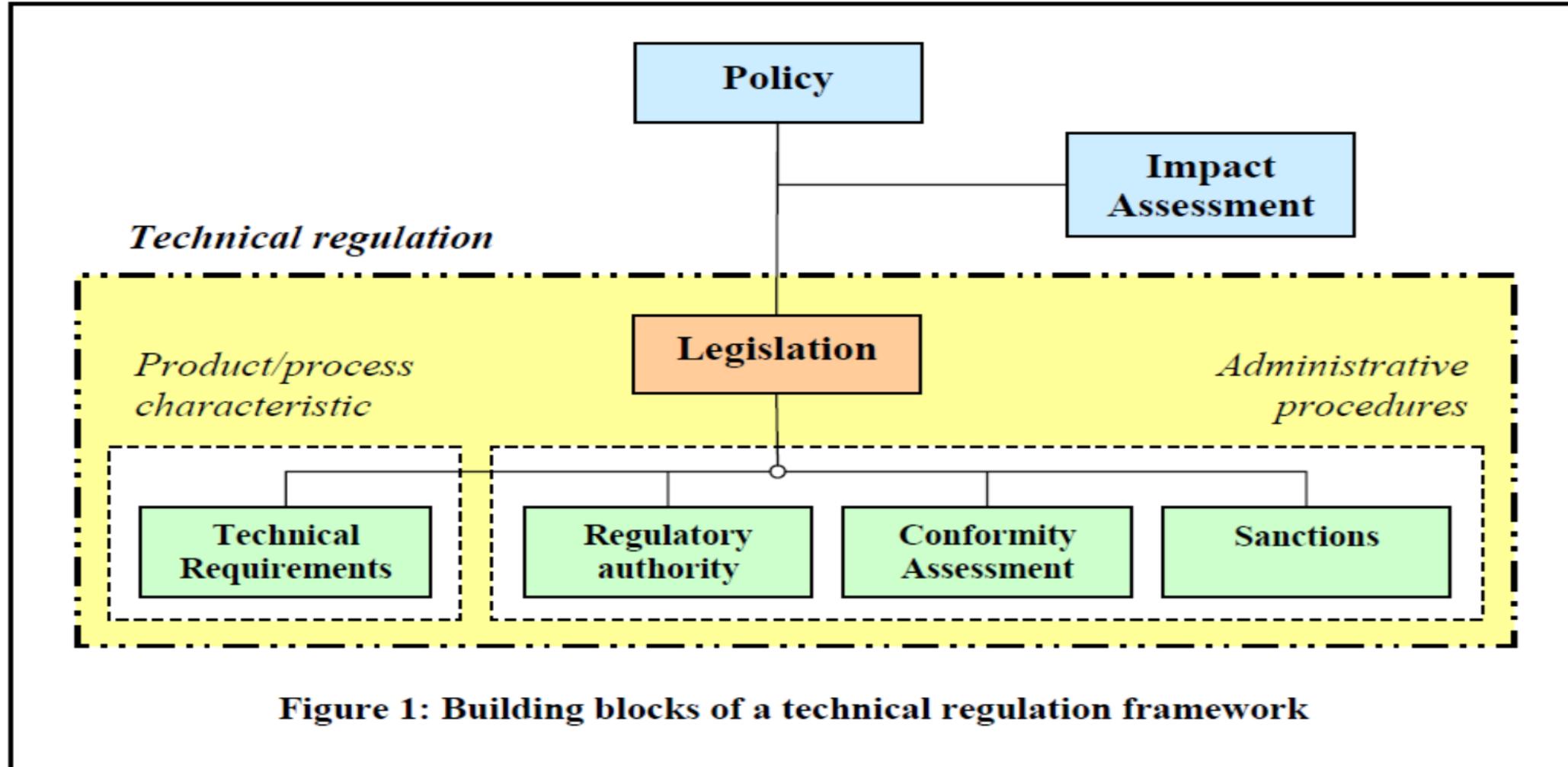
Criada após a fusão do Ministério das Pescas com o Ministério da Agricultura.

Tem três secretariados estatais: um para a Agricultura e Pecuária, outro para as Florestas e **um terceiro para as Pescas.**

Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

Normas técnicas	Normas	Procedimentos de avaliação da conformidade
Os regulamentos técnicos definem as características de um produto ou dos processos e métodos de produção. O cumprimento é obrigatório. Os regulamentos técnicos podem também tratar da terminologia, símbolos, embalagem, marcação e requisitos de rotulagem.	As normas são aprovadas por um organismo reconhecido que é responsável pelo estabelecimento de regras, directrizes ou características para produtos ou processos e métodos de produção relacionados. O cumprimento não é obrigatório. As normas podem também tratar de terminologia, símbolos, embalagem, marcação e requisitos de rotulagem.	Os procedimentos de avaliação da conformidade são utilizados para determinar se os requisitos relevantes nos regulamentos técnicos ou normas são cumpridos. Incluem procedimentos de amostragem, ensaio e inspecção; avaliação, verificação e garantia de conformidade; e registo, acreditação e aprovação.

Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional



Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

Desafios enfrentados por Angola para o seu sector pesqueiro

O Intra-comércio (Continente Africano) pode ser prejudicado com o aumento dos obstáculos técnicos ao comércio e, mais particularmente, das regulamentações técnicas não baseadas em normas reconhecidas

Nenhum quadro jurídico para a implementação do TR/RIA

Necessidade de aumentar a referência de normas em Legislações e Regulamentos

Barreiras criadas (ainda existem) para as exportações de Angola

Participação activa limitada em actividades de Normalização

Conhecimentos técnicos não otimizados

Dumping de produtos abaixo do padrão

Para acompanhar o ritmo da inovação

Reconhecimento mútuo do Certificado de Conformidade

Normas e Regulamentos Estudo de caso: Segurança alimentar em restaurantes comerciais em França*

Desde 2006, a regulamentação europeia levou à criação de uma série de abordagens de inspecção que cobrem todos os aspectos de higiene e segurança alimentar. O controlo oficial é efectuado em todas as fases da cadeia alimentar e os resultados de conformidade alcançados pela entidade inspeccionada são tornados públicos.

Em conformidade com estes requisitos regulamentares, a **norma francesa voluntária NF V01-015 relativa à avaliação do nível de higiene em restaurantes comerciais** foi publicada em Maio de 2016. A regulamentação fixa a forma como os resultados da avaliação de acordo com esta norma podem ser confiados pelas autoridades competentes encarregadas de garantir a segurança alimentar pública. Entre as disposições previstas pela regulamentação está o reconhecimento oficial do papel do organismo nacional de acreditação que acredita os organismos de inspecção, a fim de garantir um elevado nível de controlo higiénico e contribuir assim para a protecção dos consumidores.

(*Fonte : WebSite COFRAC Março 2017)



Normas e Regulamentos Estudo de caso:

Segurança alimentar nas empresas de fabrico de alimentos nas Maurícias

O Governo mauriciano levou à criação de uma série de abordagens de inspecção que cobrem todos os aspectos de higiene e segurança alimentar. O controlo oficial é efectuado em todas as fases da cadeia alimentar e os resultados de conformidade alcançados pela entidade inspeccionada são tornados públicos.

Em conformidade com estes requisitos regulamentares, os princípios voluntários HACCP **relativos à avaliação do nível de higiene nas instalações alimentares** foram aprovados na Lei Alimentar e na Lei Alimentar de Julho de 2022, recentemente publicada, que prevê a modernização e consolidação das leis relacionadas com a segurança alimentar e a qualidade nutricional dos alimentos e para assuntos relacionados com a mesma. Os regulamentos fixam, entre outros: condições relativas à importação de alimentos, registo de operadores de empresas do sector alimentar e a forma como os resultados da avaliação de acordo com esta norma podem ser confiados pelas autoridades competentes encarregadas de garantir a segurança alimentar pública.



NQI → Questões-chave para os Reguladores

- ❑ O NSB não deve ser responsável pelo desenvolvimento de regulamentos técnicos (TRs)
- ❑ As TR devem basear-se em normas internacionais, sempre que existam (Acordo OMC/TBT, Artigo 2.4)
- ❑ O NSB deve evitar desenvolver (ou adoptar nacionalmente) normas de forma unilateral a serem utilizadas como base para regulamentos técnicos (mas o TR pode solicitar ao NSB que desenvolva ou adopte normas para utilização em regulamentos)
- ❑ Os reguladores devem ser activamente envolvidos no processo de desenvolvimento de normas
- ❑ Os reguladores podem aplicar o TR através da aprovação dos produtos antes da comercialização e da fiscalização do mercado

Perguntas? Comentários?



Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

Tópicos (4)

Desafios & oportunidades para os países africanos no cumprimento das normas de qualidade e segurança alimentar

Desafios & oportunidades para os países africanos no cumprimento das normas de qualidade e segurança alimentar

1) Diversas CADEIAS DE FORNECIMENTO, que vão desde

- Cadeias de abastecimento internacionais com boa integração, alto investimento, tecnólogos qualificados; vs
- Cadeias de fornecimento para comércio com países com requisitos menos rigorosos, ou distribuição no mercado interno com baixos investimentos em recursos (humanos e financeiros) e tecnologias

2) GLOBALIZAÇÃO :

Aumento da concorrência mundial e pressões comerciais muito fortes

Desafios & oportunidades para os países africanos no cumprimento das normas de qualidade e segurança alimentar

- 3) Alimentos noticiosos / Crises de Segurança Alimentar transmitidas pelos meios tradicionais (imprensa, TV) e Internet e meios de comunicação social**
- 4) Jornalismo investigativo sobre o desrespeito da higiene e as suas consequências e perigos para os consumidores**
- 5) Reforço dos requisitos de certificação devido à falta de confiança dos clientes/consumidores**
- 6) Melhoria da detecção de perigos**

Desafios & oportunidades para os países africanos no cumprimento das normas de qualidade e segurança alimentar

7) Passar da "Obrigação de Meios" para a «**Obrigação de alcançar os resultados desejados**»

8) Aumento das **Responsabilidades do produtor**

9) **Requisitos regulamentares** conducentes à criação e aplicação de

Boas Práticas e adopção dos princípios HACCP

10) Surgimento de expectativas e requisitos adicionais relacionados com **Ética, Sustentabilidade e Responsabilidade Societal**

Soluções Potenciais

Participação em actividades e iniciativas ISO relacionadas com a alimentação

Adopção voluntária de normas internacionais (tais como ISO 22000 sobre Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar)

Desenvolver uma infra-estrutura nacional de qualidade credível (NQI)

Utilização e referência de normas ISO em regulamentos técnicos

Envolver iniciativas regionais sobre temas de interesse mútuo

Base legal para a segurança dos peixes e mariscos em Angola

Decreto 40/06 de 30 de Junho de 2006 intitulado Requisitos Gerais para a Segurança Alimentar dos Produtos da Pesca.

A Direcção Nacional de Infra-estruturas e Indústria é a autoridade competente

Apoiado pelo Instituto Nacional da Indústria e Tecnologia

Inspeção de estabelecimentos de processamento para aprovação de exportação

As principais espécies de peixe em Angola estão de acordo com o Codex Alimentarius e as normas internacionais dos principais países importadores de peixe.

O Sector das Pescas e Aquacultura em Angola

- Não está bem desenvolvido devido a constrangimentos estruturais
- Fraca capacidade produtiva devido a políticas descoordenadas
- Incapacidade de cumprir as normas internacionais de segurança e qualidade alimentar
- Potenciais ganhos para os países menos desenvolvidos com a actualização tecnológica
- Os decisores políticos e as políticas industriais para se orientarem para a adição de valor e para fomentar a industrialização baseada em recursos e a diversificação das exportações

Exportações de peixe de Angola para a Europa, África e Ásia

- Diferentes requisitos para a segurança e qualidade do peixe e dos produtos do mar
- A UE efectua uma avaliação no país para avaliar as suas medidas sanitárias e o seu sistema de segurança alimentar
- As auditorias avaliaram os estabelecimentos de licenciamento, amostragem e análise, laboratórios, capacidades técnicas dos serviços de inspecção, etc.
- Entre 2000 e 2019, o Sistema de Alerta Rápido da UE relatou 19 notificações causadas principalmente por níveis inaceitavelmente elevados de sulfitos em crustáceos congelados.
- Angola não pode exportar as suas pescarias para cadeias de supermercados ou hotéis de topo de gama devido aos seus elevados requisitos de segurança e qualidade alimentar e normas privadas relacionadas.

Espécies de peixe em Angola

Carapaus (Cabo e Cunene), aceitáveis para consumo humano

Cavalas (frescas, salgadas e secas)

Sardinellas

Pescada

Atuns (atum rabilho, fragata, atum pequeno,)

Os tipos de pesca de captura são categorizados como :

Industrial em grande escala

Pequena escala

Artesanal e Recreativo.

O caminho a seguir

Necessidade de intensificar as actuais medidas e infra-estruturas SPS para satisfazer as exigências dos mercados internacionais (utilização das normas ISO)

Devem ser desenvolvidos e implementados programas de vigilância para avaliar e prevenir a poluição biológica e química das zonas de pesca.

O pessoal da Direcção Nacional de Infra-estruturas e Indústria necessita de formação sobre como inspeccionar e certificar as operações, práticas e produtos de processamento.

Devem ser formados para cumprir os requisitos de segurança e qualidade alimentar estabelecidos na ISO 22000, bem como normas privadas e ambientais necessárias para o acesso aos principais mercados no estrangeiro.

O papel da ISO no desenvolvimento de capacidades

- Desenvolver e fornecer normas internacionais abrangendo uma grande variedade de sectores e questões relevantes para os países em desenvolvimento.
- Desenvolvimento e fornecimento de Normas Internacionais de Avaliação da Conformidade e
- A ISO CASCO cobriu muitos aspectos do NQI num conjunto abrangente de normas que fornecem requisitos adoptados internacionalmente, recomendações & orientação e exemplos de boas práticas.

O papel da ISO no desenvolvimento de capacidades

- Prestar assistência técnica e formação aos países em desenvolvimento, com o objectivo de reforçar a sua capacidade de operar como instituições NQI eficazes
- Desenvolver novos meios tecnológicos para envolver os ONE e as partes interessadas nos processos de normalização, tais como reuniões virtuais, participação electrónica e votação, etc.

O papel da ISO no desenvolvimento de capacidades

Durante a reunião ISO DEVCO 2022, o Director de Desenvolvimento de Capacidade da ISO, enumerou algumas iniciativas da ISO em desenvolvimento :

- Novo conjunto de ferramentas sobre normas e políticas públicas com estudos de caso
- Directrizes para as sociedades estudantis e estratégia de educação
- O patrocínio do projecto aumenta de 2 para 3
- Patrocínio para as pessoas que lideram o trabalho técnico da ISO a ter 2 ranhuras num determinado momento por país

Perguntas ? Comentários ?



Necessidade de Infra-estruturas Integradas de Qualidade e Desenvolvimento Institucional

Tópico (5)

O papel que a ISO desempenha no fornecimento de um conjunto de normas de referência internacional

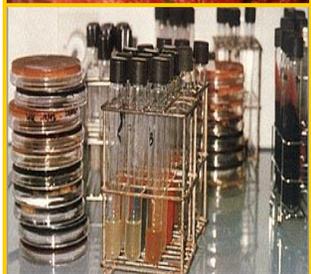
ISO - a Organização Internacional de Normalização

Visão geral de alguns princípios-chave

- Transparência *
- Abertura *
- Consenso e imparcialidade *
- Relevância e eficácia no mercado *
- Coerência *
- Dimensão de desenvolvimento *
- Envolvimento das partes interessadas
- Processo devido
- Implementação/adopção nacional



- *princípios explícitos para o "desenvolvimento de normas, guias e recomendações internacionais em relação aos artigos 2, 5 e Anexo 3 do Acordo OMC/TBT".*



Os dois principais comités técnicos da ISO que tratam do tema de hoje são :

ISO/TC 34 *Produtos alimentares*

ISO/TC 234 *Pesca e Aquacultura*

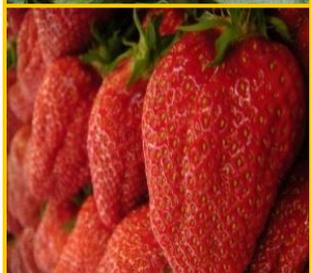
Ambos desenvolvem normas e documentos acordados internacionalmente em conjunto com outros organismos internacionais especializados tais como a FAO, Codex Alimentarius, OIE, OMS, etc.



A ISO/TC 34 foi criada em 1947 e é o maior comitê técnico da ISO, tendo publicado 917 normas e cerca de 105 em curso (novas normas e revisões das existentes).

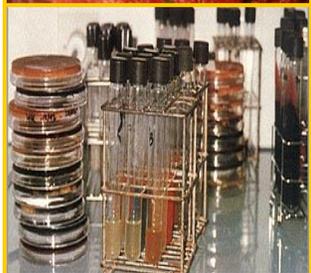


74 países participam nos trabalhos em curso sobre normas com 77 membros observadores e 62 membros participantes



Entre os Sub-Comitês dedicados estão

ISO/TC 34/SC 6 desenvolvendo normas relacionadas com carne, aves de capoeira, peixe, ovos e seus produtos e



ISO/TC 34/SC 17 dedicado aos sistemas de gestão para a segurança alimentar



TC 34 tem também vários grupos de trabalho que desenvolvem orientações e boas práticas e TC 34/ WG 21 trabalha em áreas como a Responsabilidade Social e a Sustentabilidade

ISO/TC 234 (criado em 2007)

Âmbito do trabalho

Normalização no domínio da pesca e aquacultura, incluindo, mas não limitado a, terminologia, técnica especificações para equipamento e para o seu funcionamento, caracterização de locais de aquicultura e manutenção

de condições físicas, químicas e biológicas adequadas, monitorização ambiental, comunicação de dados, rastreabilidade e eliminação de resíduos

Excluídos:

- *métodos de análise de produtos alimentares e rastreabilidade (abrangidos pela ISO/TC 34)*
- *vestuário de protecção pessoal (coberto pela ISO/TC 94);*
- *monitorização ambiental (abrangido pela ISO/TC 207).*

A ISO/TC 234 publicou 11 normas sobre estes temas com 49 países que participam nos trabalhos de normalização em curso



1. Normas de interesse

- ISO 5050 Redução e tratamento de resíduos em embarcações de pesca.
- ISO 12875 Rastreabilidade dos produtos de pesca de peixes -- Especificação sobre a informação a ser registada nas cadeias de distribuição do pescado capturado.
- ISO 12877 Rastreabilidade dos produtos de pesca de barbatanas -- Especificação sobre a informação a registrar nas cadeias de distribuição de peixes de barbatanas cultivadas.
- ISO 16488 Explorações de peixes de barbatanas marinhas - Gaiola de rede aberta - Concepção e funcionamento.
- ISO 16741 Rastreabilidade de produtos de crustáceos – Especificações sobre as informações a registrar nas cadeias de distribuição de crustáceos de cultura.
- ISO 18537 Rastreabilidade dos produtos de crustáceos - Especificações sobre a informação a registrar nas cadeias de distribuição de crustáceos capturados.
- ISO 18539 Rastreabilidade dos produtos moluscos - Especificações sobre as informações a registrar nas cadeias de distribuição de moluscos capturados.
- ISO 12878 Monitorização ambiental dos impactos das pisciculturas de peixes ósseos marinhos no fundo mole.
- ISO 16541 Métodos de vigilância dos piolhos do mar em pisciculturas de peixes ósseos marinhos.
- ISO 22948 Carbon footprint for seafood -- Regras de categoria de produto (CFP-PCR) para peixes barbataneiros.
- ISO/AWI 17273 Redução e Tratamento de Resíduos em Aquacultura



2. Áreas de interesse

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU actualmente identificados como relevante :

- 02 - Zero fome
- 14 - Vida abaixo da água



3. Principais ligações com outras organizações / parceiros internacionais

- Comissão do Codex Alimentarius (CAC)
- EUROCORD
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)
- A Federação dos Produtores de Aquicultura Europeus (FEAP)
- Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM)
- A União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN)
- Rede de Centros de Aquacultura na Ásia-Pacífico (NACA)
- Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE)
- Abastecimento Seguro de Alimentos Acessíveis em Qualquer Lugar (SSAFE)
- Fundo Mundial para a Natureza (WWF)

ISO/TC 234

4. Principais desafios e oportunidades



Ajudar a melhorar a pesca e a aquicultura em todo o mundo, desenvolvendo e encorajar a utilização destas normas.

Continuar a aumentar a participação dos membros da ISO, uma vez que todos os países terão, até certo ponto, pescas e aquicultura e, como tal, poderão ter ideias de normas nestas áreas.

5. Outras informações importantes

Existem actualmente cerca de 50 membros na ISO/TC 234.

ISO 22000 - um Sistema de Gestão de Segurança Alimentar para a cadeia alimentar completa

A ISO 22000 foi a primeira norma do FSMS a ser publicada pela ISO.

O que é que a ISO 22000 acrescenta ao CODEX HACCP?

A ISO 22000 reforça o sistema HACCP de várias maneiras. É um padrão do sistema de gestão e tem requisitos de política, planeamento, implementação e funcionamento, avaliação do desempenho, revisão e melhoria da gestão.

A ISO 22000 exige -

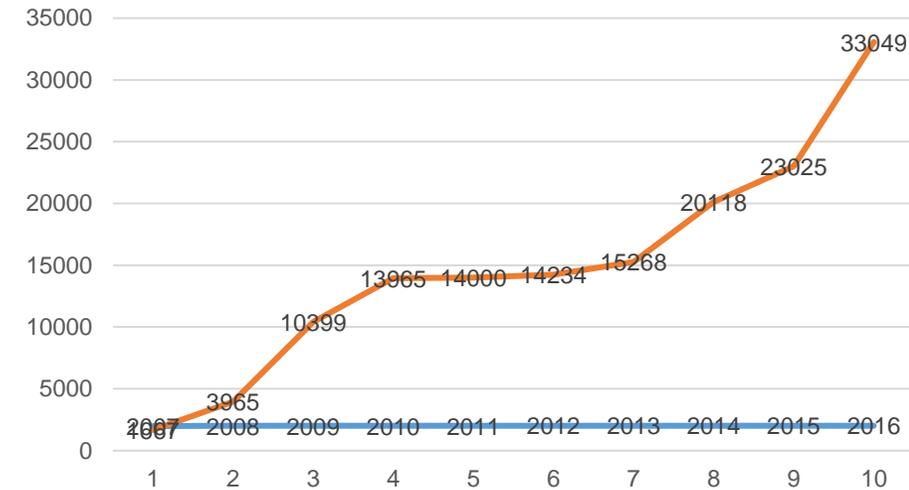
- programas de pré-requisitos (PRPs) que gerem as condições e actividades básicas;
- programas de pré-requisitos operacionais (PRPs operacionais) que controlam os riscos significativos
- um plano HACCP

A ISO 22000 mostra como combinar o plano HACCP com PRPs e OPRPs num único sistema integrado de controlo alimentar.



ISO 22000 - uma norma para a Segurança Alimentar Sistemas de gestão para o completo cadeia alimentar

Número de sítios cobertos pelos certificados ISO 22000



ISO 22000 promove a adopção de uma abordagem da cadeia alimentar "da exploração (de peixes) até à mesa".

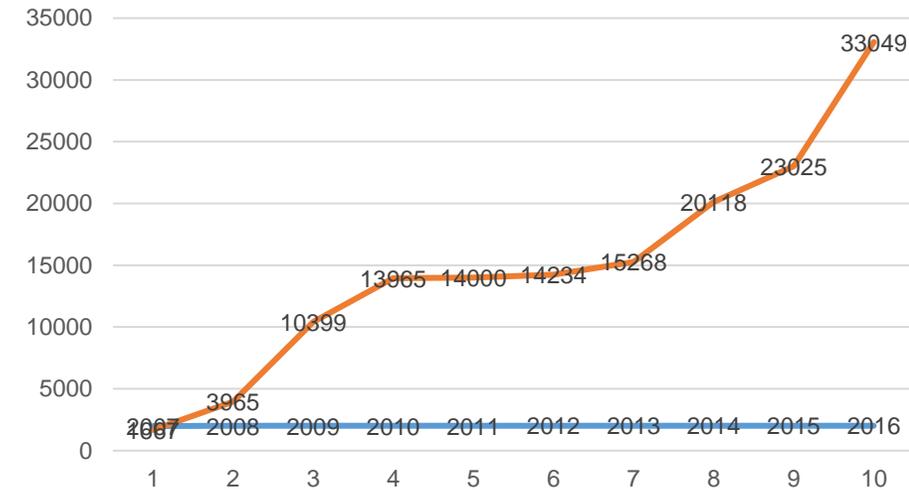
Durante mais de 10 anos, a ISO 22000 serviu também como um texto de base fundamental para os componentes do sistema de gestão de muitos esquemas de segurança do sector alimentar privado, que se baseavam originalmente na certificação de produtos. A ISO 22000 é também a base para os requisitos do documento privado " FSSC 22000 " do esquema

ISO 22000 - uma norma para a Segurança Alimentar Sistemas de gestão para o completo cadeia alimentar

A ISO 22000 é também apoiada por outros textos :

- **a série ISO/TS 22002** : documentos de orientação não destinados à certificação, mas destinados a ajudar uma organização a estabelecer, implementar e manter programas de pré-requisitos (PRP) em conformidade com a ISO 22000.
- **ISO 22003** - FSMS - Requisitos para organismos de auditoria e certificação de sistemas de gestão da segurança alimentar
- **ISO/TS 22004** - Orientação sobre a aplicação da ISO 22000
- **ISO 22005** - Rastreabilidade na cadeia alimentar humana e animal - Princípios gerais e requisitos básicos para a concepção e implementação do sistema

Número de sítios cobertos pelos certificados ISO 22000



O papel dos 3 comités políticos da ISO

Para além dos seus comités técnicos encarregados da elaboração de normas, o Conselho ISO criou também 3 comités encarregados de desenvolver questões políticas:

Comité de Política ISO para as questões políticas dos países em desenvolvimento (DEVCO)

Comissão Política ISO para os Assuntos dos Consumidores (COPOLCO)

Comité de Política ISO para a Avaliação da Conformidade (CASCO)

ISO DEVCO

Reunindo 150 países membros (mais organizações de ligação), o papel de DEVCO é

- 1) Promover e melhorar as capacidades do NSB dos países em desenvolvimento no desenvolvimento e utilização de normas**
- 2) Identificar áreas de padronização de interesse primário para os países em desenvolvimento**
- 3) Aconselhar o Conselho ISO sobre políticas ou acções de interesse para os países em desenvolvimento**

ISO COPOLCO

Reunindo 125 países membros (mais organizações de ligação), o papel da COLPOLCO é

- 1) Estudar meios de ajudar os consumidores a beneficiar da padronização**
- 2) Preparar um fórum de intercâmbios**
- 3) Consolidar os pontos de vista dos consumidores sobre questões de correntes e potencial normalização e avaliação da conformidade**
- 4) Aconselhar o Conselho ISO sobre políticas relacionadas com os assuntos dos consumidores**

ISO CASCO

Reunindo 140 países membros (mais organizações de ligação), o papel da CASCO é

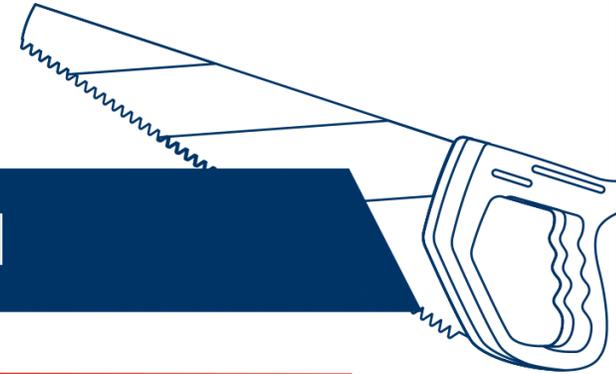
- 1) Estudar os meios de avaliação da conformidade**
- 2) Preparar normas relativas à avaliação da conformidade**
- 3) Promover o reconhecimento mútuo e a aceitação dos sistemas de avaliação da conformidade nacionais e regionais e a utilização adequada das normas internacionais de avaliação da conformidade**
- 4) Aconselhar o Conselho ISO sobre políticas relacionadas com a avaliação da conformidade**

2017-2018 : Promoção das normas CASCO e seminários

Durante 2017-2018, o Secretariado CASCO prosseguiu a promoção da "Caixa de Ferramentas" de normas CASCO e salientou a importância de implementar práticas de avaliação de conformidade bem estabelecidas e reconhecidas em diferentes eventos, entre os quais:

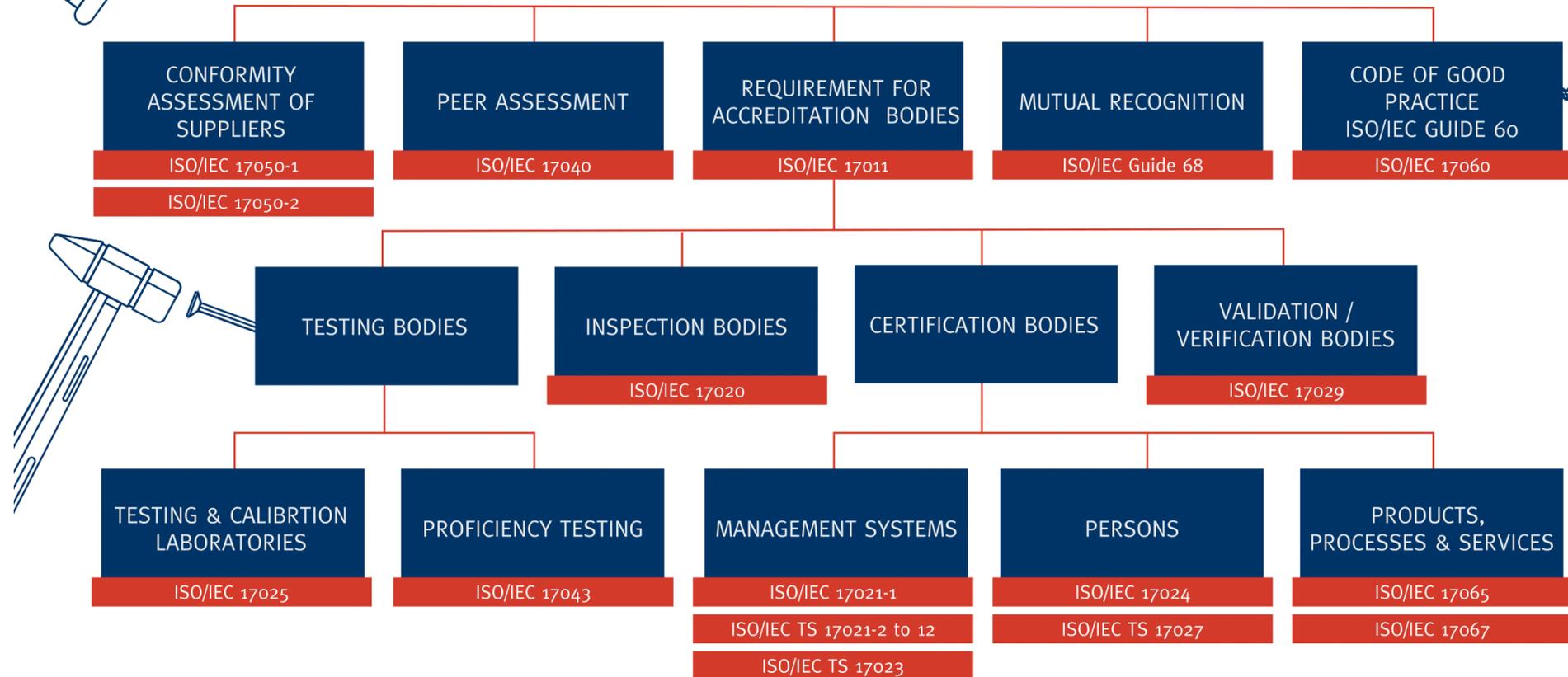
- Workshop Regional da CNUCED sobre Pescas, Maputo, Outubro 2017
- Reunião com CEN/TC415 Cacao sustentável e rastreável, Amesterdão, Julho de 2018
- Reunião OMC/TBT, Genebra, Junho de 2018
- Curso de formação BIPM, Paris, Maio de 2018
- Reuniões da IAF-ILAC-ISO, Frankfurt em Abril de 2018.
- BIPM, OIML, ILAC, reunião Quadripartida ISO, Paris, Março de 2018
- Curso Regional de Formação em Pesca da CNUCED, Nha Trang, Novembro de 2018
- Workshop COPANT-PTB-CASCO, Nairobi 29 de Abril de 2020
- Formação de Instrutor Virtual ISO sobre o envolvimento das partes interessadas com foco em CASCO Novembro/Dezembro 2021

TOOLBOX



TERMS AND DEFINITION

ISO/IEC 17000



A ISO está continuamente a adaptar-se para satisfazer as necessidades das partes interessadas, incluindo questões de ...

➤ **Sustentabilidade**

- Produtos de Base Sustentáveis - Cacau, Aproveitamento Sustentável, Comunidades Sustentáveis, Eventos Sustentáveis,

➤ **Ética**

- Ethical Labelling, ISO 37001 sobre Anti-corrupção, ISO 19600 - Guidelines on Compliance Management

➤ **Responsabilidade Societal**

- ISO 26000

Perguntas ? Comentários ?



Fontes adicionais

- 1) www.iso.org
- 2) **Plano de Acção ISO para os Países em Desenvolvimento 2021 - 2025**
- 3) **POLÍTICA DE QUALIDADE - Princípios orientadores (UNIDO 06/2018)**
- 4) **Gestão da segurança alimentar - ISO 22000:2018**
- 5) **Contribuir para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU com a Brochura de Normas ISO (ISO 2018)**
- 6) **Brochura ISO 26000 e SDG (Ano 2018 - Ed. 02)**

*Os meus agradecimentos
a todos aqueles que contribuíram para esta apresentação e à
CNUCED e também à ISO para fornecer informação
privilegiada*

Obrigada por ouvir

